# ENSINO SUPERIOR, MATERNIDADE E POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira1, Isabela Mesquita Aragão2

1 Professora Adjunta na Universidade Federal do Sul da Bahia, [carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br](mailto:carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br)

2 Estudante de Psicologia na Universidade Federal do Sul da Bahia, [isabela.aragao@gfe.ufsb.edu.br](mailto:isabela.aragao@gfe.ufsb.edu.br)

# Propósito

O acesso, permanência e progressão de diferentes grupos sociais na educação superior pública vem suscitando debates sociais e acadêmicos. Apesar da garantia do direito universal à educação, há historicamente demandas não atendidas, sobretudo relacionadas a desigualdades de gênero, classe e raça. Problematiza-se que os direitos de mulheres no âmbito acadêmico, sobretudo das mães, são atravessados por questões culturais e estruturais do patriarcado (Saffioti, 2004), pois embora existam legislações, pesquisas e acúmulos teóricos, um cenário majoritário de ausências de políticas de permanência (estudantil) e progressão (profissional) para essas mulheres.

Diante disso, a pesquisa de Iniciação Científica que antecede o presente trabalho, financiada com uma bolsa no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e finalizada em 2022, abordou de forma interdisciplinar o tema do acesso e permanência dessas mulheres-mães ao ensino superior, considerando a interseccionalidade como ferramenta analítica.

# Revisão da literatura

A partir da leitura de dados relativos à educação e pesquisa, Venturini (2017) disserta que as mulheres representam a maioria de concluintes de graduação e pós-graduação nas instituições de ensino superior, mas grande parte dos cargos de docência são ocupados por homens. Ademais, a presença das mulheres em posições de prestígio e a concessão de bolsas de produtividade são desproporcionais, conforme publicações do *Parent in Science* (2018; 2020), ou seja, apesar de mais mulheres concluírem o ensino superior, as possibilidades de ascensão profissional e financiamentos não condizem.

Ao analisar questões referentes ao acesso e ascensão de mulheres no ambiente acadêmico, é fundamental abarcar diferentes marcadores sociais a fim de compreender as variadas e sobrepostas formas pelas quais gênero opera e como essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade de diferentes mulheres, como é o caso das experiências de mulheres negras (Crenshaw, 2002). A divisão sexual do trabalho, o racismo e os impactos da maternidade são fatores relevantes que implicam na carreira acadêmica. A interseccionalidade pode ser, portanto, uma referência de análise e prática crítica, ao investigar relações de poder, pois “como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins e Bilge, 2021, p. 15-16). Segundo pesquisa nacional sobre perfil de estudantes de instituições federais realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), estudantes do sexo feminino são maioria nas universidades federais: em 1996, as mulheres eram 51,4% do corpo discente e, em 2018, 54,6%. Porém, identifica-se maior taxa de evasão (ANDIFES, 2019).

O movimento *Parent in Science* divulgou resultados de pesquisa realizada em 2020 que demonstram a sobrecarga das mulheres-mães acadêmicas, ainda mais durante a pandemia de Covid-19 e o isolamento social, como também demonstra Staniscuaski (2021). No que se refere à submissão de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos com a produtividade mais afetada, ao passo que a produtividade de homens, sobretudo os que não possuem filhos, foi a menos afetada (Parent in Science, 2020).

Ainda que algumas universidades dialoguem sobre o tema e que se reconheça que são a maioria, ainda há que se efetivar políticas, uma vez que mulheres-mães enfrentam um conjunto de obstáculos e um cenário de ausência de políticas institucionais e estruturantes de apoio. No âmbito da UFSB, por exemplo, embora se tenha uma política afirmativa de vagas supranumerárias desde 2018 para mulheres por avaliação de unidades universitárias (Resolução 10/2018 atualizada pela 12/2021) e publicações sobre a presença majoritária de mulheres na graduação (UFSB, 2021; 2023), não se evidenciam políticas estruturantes ou uma análise associada de raça, classe e maternidade. Dados do *Parent in Science* evidenciam que o número de publicações de artigos científicos por cientistas mulheres diminui nos primeiros anos após o nascimento dos filhos e, em pesquisa realizada com professoras, estudantes de pós-graduação e pós doutoras, em 2018, indicou-se que 59% perceberam o impacto da maternidade como negativo para a carreira acadêmica e 22% como bastante negativo. Ainda, 51% afirmam que são as únicas responsáveis pelo cuidado da criança, sem ajuda de companheiros ou familiares (Parent in Science, 2018).

Portanto, é fundamental a existência de políticas de gênero e parentalidade, como creches, bolsas para mulheres-mães, editais que considerem o critério da maternidade no cômputo de períodos de produtividade analisados, para além do auxílio creche ou da licença maternidade.

# Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada foi eminentemente qualitativa, interdisciplinar e exploratória em relação aos objetivos, focada na investigação bibliográfica, com levantamento e leitura de artigos, teses e dissertações, tendo por pano de fundo uma leitura social das políticas públicas como forma de realização de direitos relativas ao ensino superior e à maternidade no Brasil, contextualizando também as práticas e normas localmente, em conjunto com a pesquisa documental que inclui leis, normas, relatórios, dados, editais e informações públicas.

# Resultados

No que se refere a políticas que considerem a maternidade, visando assegurar a permanência das mulheres mães nas universidades, destacamos documentos já produzidos pelo *Parent in Science*, como os Guias sobre editais que incluem maternidade e sobre como instituições podem apoiar efetivamente mães na ciência (2023). Os editais de Iniciação científica e pós-graduação elencados no primeiro documento se referem a produtividade no Currículo Lattes, que passa a considerar o período de licença maternidade ou licença adotante. Ainda, o segundo Guia aponta caminhos possíveis para as instituições de ensino superior, com base em evidências científicas, para promover equidade, oportunidades e reconhecimento.

A seguir, destacamos os principais temas identificados a partir das leituras dos materiais de literatura/pesquisas, tendo sido identificadas dissertações como Almeida (2020), Müller (2019), Lima (2022), pesquisas de Queiroz (2006) e Gois (2008), ao lado da participação em eventos acadêmicos sobre o tema:

* Lacunas arquitetônicas nas Universidades (ausência de fraldários, de brinquedotecas ou espaços acolhedores para crianças e adolescentes, e de espaço reservado para amamentação);
* Ausência de creches universitárias;
* Reduzido valor destinado ao auxílio creche (para estudantes e docentes);
* Ausência ou reduzida evidência de editais e políticas públicas para discentes, docentes e técnicas que considerem a diversidade (mães que possuem filhos com deficiência, por exemplo), pois ainda são iniciativas pontuais;
* Ausência de rede de apoio e a sobrecarga materna, que podem impactar a necessidades de se levar filhos para a universidade;
* Necessidade de ampliação de editais que considerem a maternidade, a exemplo de editais de Iniciação Científica, Bolsas de produtividade, credenciamento na pós-graduação e editais de ingresso em mestrado e doutorado, como política permanente de toda a universidade;
* Baixa efetividade dos direitos que são garantidos por leis, a exemplo de regimes domiciliares para estudantes .

Destaca-se que há um projeto de lei tramitando no Senado Federal (nº 1151/2022), com autoria da deputada federal Sâmia Bomfim, que visa estabelecer diretrizes gerais para o acolhimento de gestantes, puérperas e mães de crianças e adolescentes em ambiente universitário, e assegurar, dentre outros direitos, a flexibilização de prazos administrativos para entregas de pesquisas e trabalhos; adaptação dos espaços físicos das instituições; garantia do acompanhamento dos filhos em quaisquer espaços universitários e a proibição de práticas vexatórias em relação ao acompanhamento dos filhos.

Conclui-se que a temática é relevante na abordagem das desigualdades e hierarquias relacionadas à parentalidade e gênero. É fundamental que a permanência de mulheres-mães seja garantida por meio de políticas específicas, de modo que as universidades públicas brasileiras não só reconheçam a importância do acesso e da prevalência da maioria de mulheres estudantes, por exemplo, mas em que condições sua permanência e progressão tem sido garantidas.

# Implicações da pesquisa

A pesquisa de Iniciação Científica possibilitou conhecer melhor a temática em tela e também identificar demandas internas na instituição em que se desdobrou (UFSB). Cite-se que a pesquisadora graduanda recebeu uma menção honrosa pela qualidade de seu relatório final apresentado no 8º Congresso de Iniciação Científica no ano de 2022. Durante a pesquisa, ainda, a orientadora iniciou participação como embaixadora do Parent in Science, como integrante de grupo de trabalho na UFSB para propor uma política de gênero na instituição (ainda não aprovada) e co-organizou dois Seminários sobre maternidade na instituição.

# REFERÊNCIAS

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. (2019). *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. Brasília. Recuperado de [https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Soc](https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf) [ioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf)

Collins, P. H. & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.

Crenshaw, K. (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da disciminação racial relativos ao gênero*. In: Estudos Feministas. Recuperado de [https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf.](http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf)

Parent in Science. (2018) *Um estudo detalhado sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras*. Recuperado de [https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science\_principais\_](https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science_principais_dados.pdf) [dados.pdf](https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science_principais_dados.pdf)

Parent in Science. (2020). *Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade.* Recuperado de https://327b604e-5cf4-492b-910b- e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b\_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=t rue

Parent in Science (2023). *Como instituições podem apoiar mães na ciência*. Março de 2023. Recuperado de: <https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_06b90b8b2e374dd09f98e6b06e28c384.pdf>

UFSB. Universidade Federal do Sul da Bahia (2021). Pró-reitoria de Ações Afirmativas. *Nota técnica: Avaliação sobre a adoção de vagas supranumerárias para mulheres (Inciso II do Art. 3º da Resolução 10/2018).* Recuperado de: <https://ufsb.edu.br/ultimas-noticias/2846-proaf-realiza-estudo-sobre-a-presenca-de-mulheres-na-ufsb>

UFSB. Universidade Federal do Sul da Bahia (2023). Pró-reitoria de Ações Afirmativas. *Mapa de presença feminina no corpo discente da UFSB.* Recuperado de: <https://ufsb.edu.br/proaf/images/arquivos/Mapa_presenca_feminina.pdf>

Venturini, A. C. (2017). *A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade.* In Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, SC.